TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano III – nº 22 – Maio de 2003

Criação de municípios no foco dos debates

Nesta 15ª Legislatura, projetos propondo a emancipação de 17 distritos pernambucanos foram apresentados por parlamentares e estão tramitando na Comissão de Negócios Municipais da Alepe. As discussões entre os que defendem a criação de cidades e os que são contra prometem ser intensas.

Páginas 4 e 5



mapas: reprodução

EDITORIAL

ALEPE COMEÇA A DISCUTIR EMANCIPAÇÕES

A emancipação dos municípios merece um debate amplo. A Assembléia Legislativa tem sido o fórum para a discussão que envolve aspectos diversos. De um lado, há os que defendem as emancipações como a forma mais ágil de garantir o crescimento de comunidades prósperas. De outro, estão aqueles que afirmam que essas iniciativas podem representar apenas a repartição da pobreza e o aumento de despesas com a criação de repartições públicas.

O assunto é tema da reportagem principal desta edição do *Tribuna Parlamentar*, que também aborda os pré-requisitos exigidos para que um distrito se transforme em cidade e os projetos propondo a revisão desses critérios, com o objetivo de tornar mais rigorosas as emancipações.

O *Tribuna Parlamentar* traz, ainda, uma reportagem sobre a Assembléia na TV, que completou um ano, com a possibilidade de a programação ser transmitida no interior do Estado.

Projetos em tramitação na Casa propõem revisão dos pré-requisitos exigidos para que distritos se tornem independentes

A Alepe tem outros motivos para comemorar. Depois de ter recebido a certificação ISO 9002/94 - a primeira Casa do País a obter tal feito -, ela se prepara para conquistar a ISO 9001/2000. Além disso, um plano de ações que vai nortear a elaboração do Planejamento Estratégico, outra novidade que visa à modernização administrativa do órgão, será entregue, em breve, à Mesa Diretora.

O trabalho das Comissões Especiais e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaladas nesta legislatura, que estão funcionando em ritmo acelerado, é mais um assunto de destaque no TP.

Para finalizar a edição, a série Personagem da Alepe mostra a face artística do deputado Sebastião Oliveira Júnior (PFL), vocalista da banda Raízes do Som, e o sucesso da exibição do documentário Tejucupapo, um filme sobre mulheres guerreiras, dentro do Projeto Segunda Cultural.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Fernando Lupa; **2º Vice-Presidente**, Deputado José Aglailson Júnior; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Bruno Rodrigues; **3º Secretário**, Deputado Nelson Pereira; **4ª Secretária**, Deputada Ceça Ribeiro. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Assessora-adjunta:** Cláudia Lucena; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco; **Editora:**Cláudia Lucena. **Redatores:** Antônio Azevedo, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena, Natália Tavares, Renata Rodrigues, Pedro Marins. **Estagiários:** Eduardo Maia e Tiago Bacelar. **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

"NO PALCO DA CIDADANIA"

** Bruno Araújo*

A democracia contemporânea enfrenta dificuldades imensas para resolver a maioria dos problemas da população, em todas as regiões do mundo. Sobretudo, as menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste brasileiro.

A chamada "crise de representatividade" não é outra coisa, senão o desencontro entre a crescente demanda do público e a incapacidade do Estado em satisfazê-la. Como subproduto desse desequilíbrio, os sistemas democráticos, até nos países ricos, padecem do desinteresse dos cidadãos pela política. Isso pode gerar representantes com baixo nível de credibilidade e menor legitimidade para exercer o poder a que lhes foi atribuído, fechando o círculo vicioso.



Para sair dele, é preciso um enorme esforço de mudança e de quebra de paradigmas que se mostram contaminados pela fadiga. Os governos mais criativos são aqueles que exibem melhores resultados e em cuja face política se estampa, além do aperfeiçoamento do sistema vigente, o acréscimo de instrumentos modernos de democracia participativa.

Na democracia participativa, amplia-se o espectro de potenciais decisores, dividindo-se a responsabilidade pelos efeitos da ação selecionada. Isso significa, na prática, maior confiabilidade e transparência no processo decisório, com os atores políticos compartilhando a cena pública com outros atores, econômicos e sociais, no palco da cidadania.

Em Pernambuco, o Governo Jarbas Vasconcelos vem imprimindo acelerado ritmo de modernização, que engloba a infra-estrutura, a administração, o desenvolvimento econômico e a justiça social.

Nada disso seria possível sem uma visão inovadora dos mecanismos de atuação do Estado. Uma das principais molas do atual ciclo modernizante é o Programa Governo nos Municípios, reconhecidamente um modelo nacional pioneiro de gestão pública, que leva para as localidades a possibilidade de participação nos planos de investimento - cuja capacidade, repita-se, é limitada - do Governo Estadual.

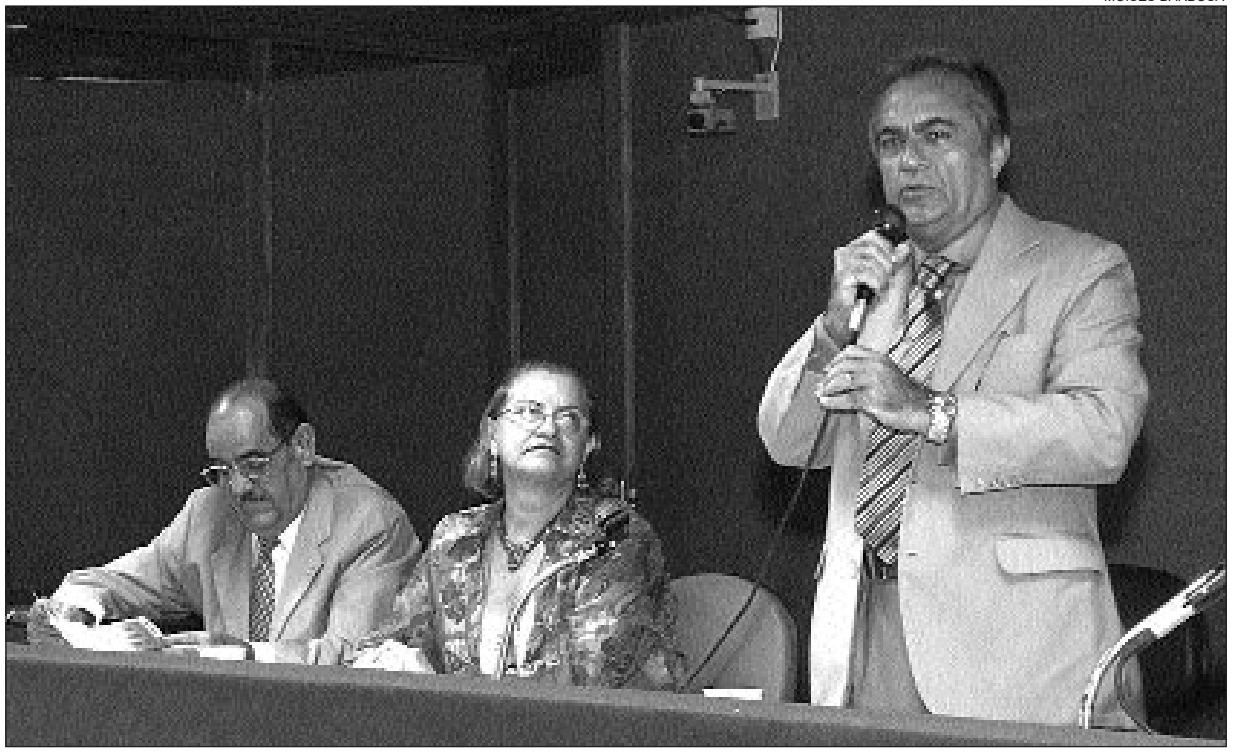
Em cada cidade, cada centro regional por que passa, é evidente a satisfação dos novos atores locais na confecção do mapa das prioridades governamentais. Os prefeitos são os protagonistas mais próximos do povo, e é pelos municípios que deve começar qualquer intervenção estatal.

Surgem também conflitos naturais, dentro da discussão de problemas e soluções comuns, quando vistos pela ótica nem sempre generosa da viabilidade. Mas é assim que se educa para a cidadania. O Governo nos Municípios é um exemplo de Pernambuco, de como se pode aperfeiçoar a democracia, estimulando os indivíduos a participar, sem desconfiança, da vida coletiva.

Deputado do PSDB e líder do Governo na Assembléia

SEMINÁRIO

MOISÉS BARBOSA



UM OLHAR SOBRE O PARLAMENTO

Assessores parlamentares participaram, nos dias 3 e 4 de abril, do *Seminário Um Olhar sobre o Parlamento*, promovido pela Escola do Legislativo. No encontro, realizado no auditório da Alepe, eles receberam informações sobre a estrutura e o funcionamento do Poder. Foram abordados temas como a relação entre o político e a imprensa, o cerimonial na atividade parlamentar e a importância da Informática na modernização do Legislativo. Entre os palestrantes, estavam o diretor-geral, Luiz Carlos Matos (foto); a diretora do Departamento de Assistência Legislativa, Ana Olímpia Severo; o procurador-geral da Alepe, Elio Siqueira; a diretora do Cerimonial, Socorro Vilaça; e a diretora da Escola do Legislativo, Maria Lúcia Galindo.

COMUNICAÇÃO

FERNANDO FERREIRA



Programa de debates e entrevistas vai ao ar à 1h, de segunda a sexta-feira

FERNANDO FERREIRA



Equipe faz a cobertura diária de todos os eventos realizados na Alepe

Assembléia na TV comemora um ano com novidades

A Assembléia na TV está de parabéns. No dia 8 de abril, ela completou um ano de atividades e com uma grande novidade: o programa *Quorum* ganhou mais tempo, passando de um para dois horários de exibição, de segunda a sexta-feira, na TV Universitária (canal 11). Bom para os parlamentares, melhor ainda para os cidadãos, que terão mais oportunidade de acompanhar os trabalhos legislativos. A primeira exibição vai ao ar das 7h às 7h30, mostrando um resumo dos principais acontecimentos da reunião plenária e das comissões do dia anterior. A reprise acontece das 13h às 13h30, e, por fim, à 1h, o espaço é de entrevistas com parlamentares e convidados, no *Assembléia na TV Debate*.

A Alepe também estuda a possibilidade de a programação da Assembléia na TV ser levada ao interior do Estado. Para isso, o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), está mantendo contato com o Ministério da Educação, visando à instalação de antenas repetidoras em municípios fora da Região Metropolitana do Recife (RMR). Assim, um número cada vez maior de pessoas terá conhecimento do que está acontecendo na Assembléia Legislativa, permitindo um maior controle das ações dos parlamentares. "Da mesma forma que a população elege, ela também pode tirar", ressalta Romário.

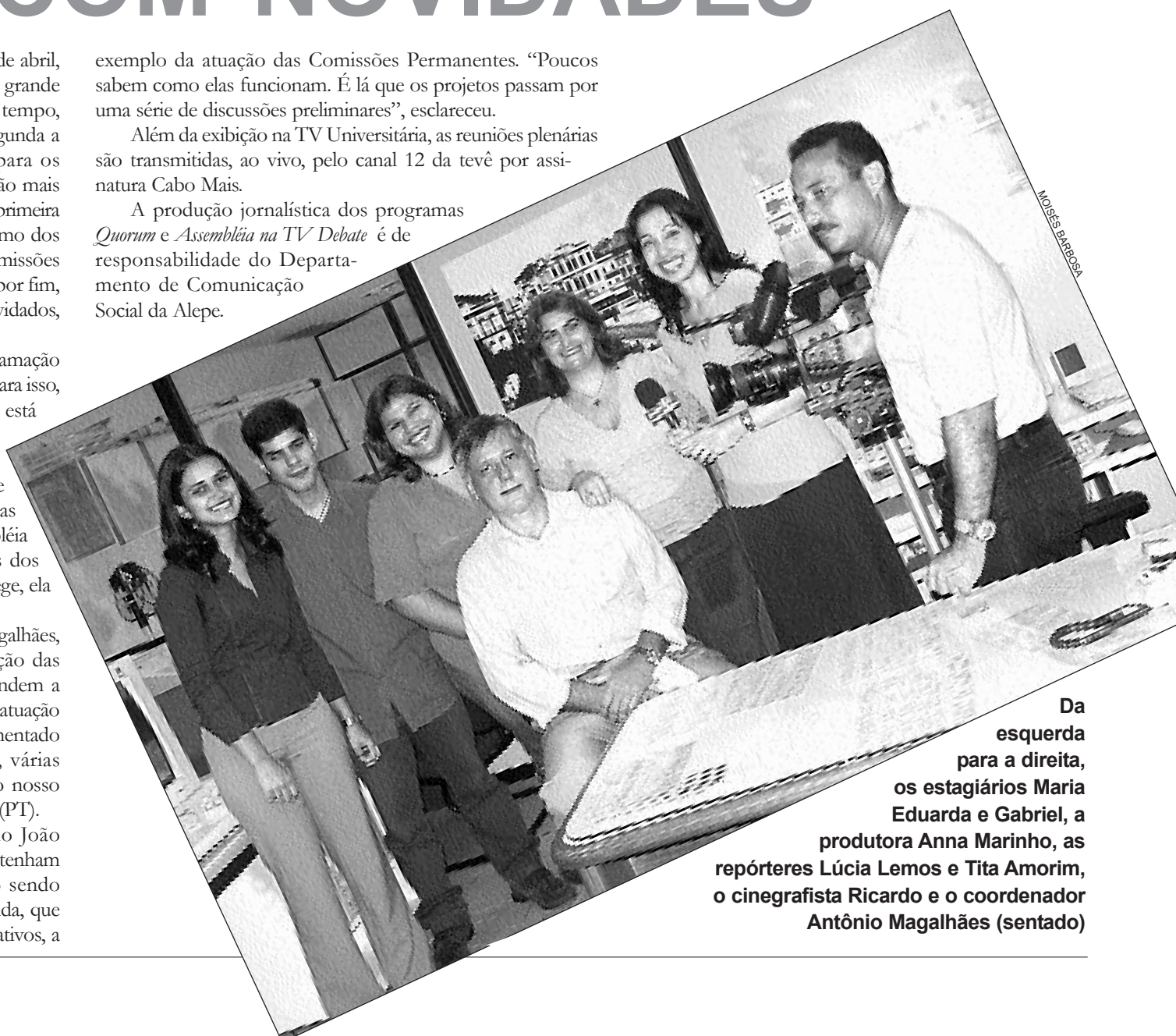
De acordo com o coordenador da TV, Antônio Magalhães, não há nenhum empecilho técnico para a implantação das antenas, o que falta são recursos. Os deputados defendem a transmissão no interior, pois isso dará mais visibilidade à atuação deles na Casa. "O programa *Quorum* é muito visto e comentado pelos telespectadores. Com a exibição no interior, várias comunidades terão a oportunidade de acompanhar o nosso trabalho", comentou o deputado Isaltino Nascimento (PT).

Para o primeiro-secretário da Alepe, deputado João Negromonte (PMDB), a TV faz com que os deputados tenham mais atenção com os pronunciamentos, pois estão sendo observados pela sociedade. O parlamentar ressalta, ainda, que as pessoas podem conhecer melhor os trabalhos legislativos, a exemplo da atuação das Comissões Permanentes. "Poucos sabem como elas funcionam. É lá que os projetos passam por uma série de discussões preliminares", esclareceu.

Além da exibição na TV Universitária, as reuniões plenárias são transmitidas, ao vivo, pelo canal 12 da tevê por assinatura Cabo Mais.

A produção jornalística dos programas *Quorum* e *Assembléia na TV Debate* é de responsabilidade do Departamento de Comunicação Social da Alepe.

MOISÉS BARBOSA



Da esquerda para a direita, os estagiários Maria Eduarda e Gabriel, a produtora Anna Marinho, as repórteres Lúcia Lemos e Tita Amorim, o cinegrafista Ricardo e o coordenador Antônio Magalhães (sentado)

PROJETOS

PERNAMBUCO PODERÁ TI

O embate democrático entre o desejo de moradores e líderes políticos de emancipar distritos e o interesse dos que pretendem a revisão dos critérios para assegurar que a criação de municípios só ocorra quando eles tiverem condições de desenvolvimento sustentável volta ao centro das discussões na Assembléia Legislativa. Neste início da 15ª Legislatura, 19 projetos de emancipação foram apresentados, propondo a independência de 17 distritos (duas propostas são semelhantes) e estão tramitando na Comissão de Negócios Municipais.

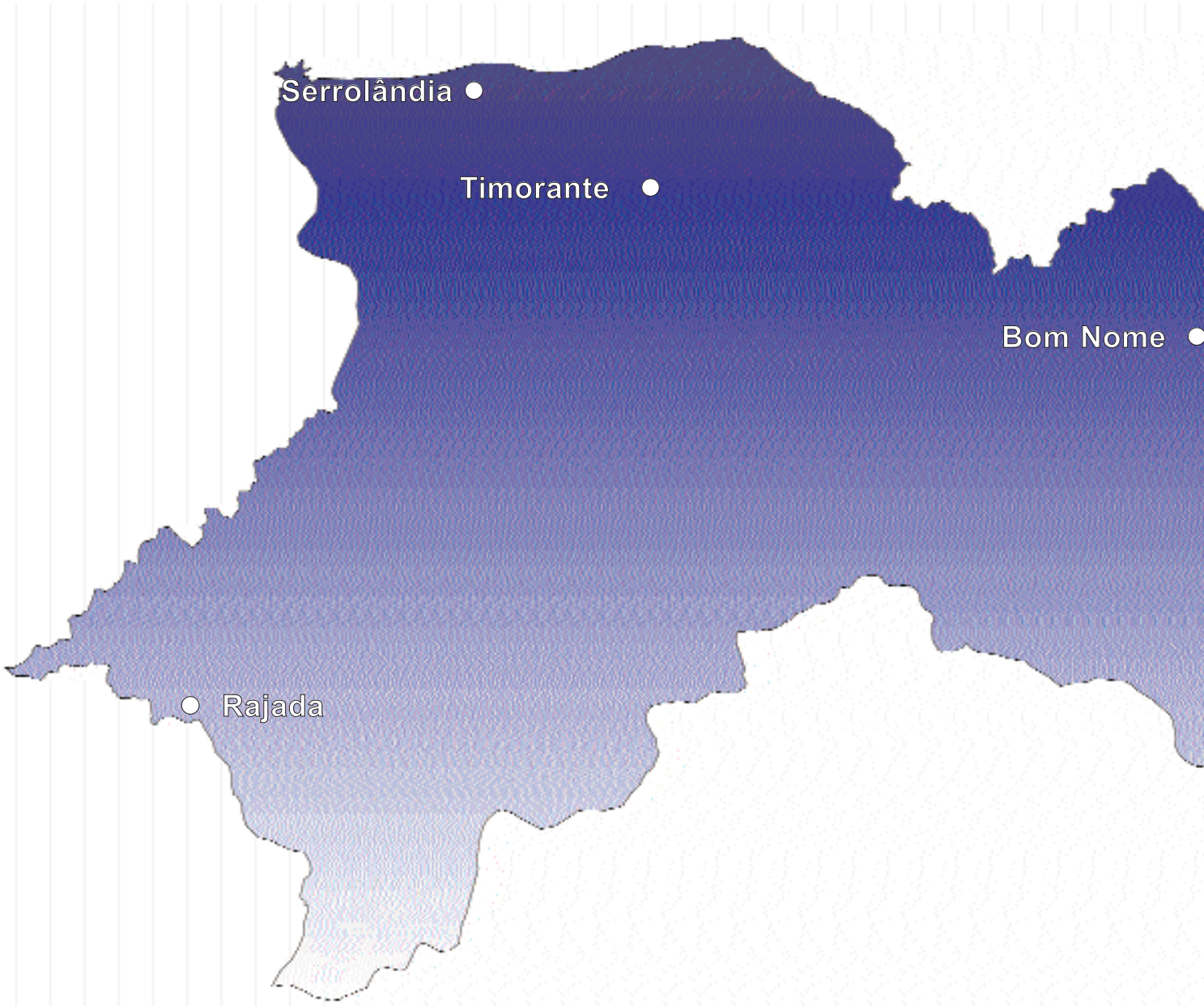
Paralelamente, as Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e a de Negócios Municipais estão analisando o Projeto de Lei Complementar nº 8/2003, de autoria do deputado Sílvio Costa (PMN), que resgata a proposta apresentada pelo ex-deputado João Braga (atual secretário estadual de Cidadania e Políticas Sociais), com o objetivo de impor regras mais rigorosas à independência dos distritos.

Na mira dos parlamentares, também está o estudo realizado por um grupo de trabalho criado por iniciativa do ex-deputado Ulisses Tenório, presidente da Comissão de Negócios Municipais em 2001 e 2002, que se tornou substitutivo à proposta de Braga. Um projeto elaborado com base nesse substitutivo foi apresentado pelo deputado Raimundo Pimentel, do PSL (confira detalhes no boxe).

Para os defensores das emancipações, elas são o caminho para o crescimento de comunidades prósperas, que encontraram alternativas para fugir do subdesenvolvimento gerado, quase sempre, pela dependência da agropecuária de subsistência. Os contrários apresentam os seguintes argumentos: divisão da pobreza, aumento das despesas com a criação de repartições públicas, manutenção da dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e das transferências do Governo Federal.

"Solicitamos as informações oficiais sobre o preenchimento dos critérios exigidos pela lei, o que garante a tramitação normal dos projetos e, ao mesmo tempo, estamos trabalhando para tornar os critérios mais rígidos, a fim de que, se forem criados municípios, eles tenham condições de se manter e prosperar", destacou o presidente da Comissão de Negócios Municipais, Ettore Labanca (PTB).

O tempo também poderá ser um fator decisivo aos interesses dos distritos. Para que os projetos de emancipação possam ser implementados, eles precisam ser aprovados até um ano antes das eleições municipais, portanto, até o início de outubro próximo. "Só com as emancipações podemos acelerar o progresso das comunidades que demonstram capacidade e iniciativa", defende o líder do PP, deputado Henrique Queiroz, campeão em número de projeto apresentados, com cinco.



LEI COMPLEMENTAR PROIBIU EMANCIPAÇÕES

Entre os anos de 1995 e 1996, foram emancipados os distritos pernambucanos de Araçoiaba, Casinhas, Jaqueira, Lagoa do Carro, Lagoa Grande, Manari e Santa Cruz da Baixa Verde. Desde então, nenhum outro projeto de criação de municípios foi aprovado. Fato que se deve à Lei Complementar nº 15, que proibiu, até 31 de dezembro de 1998, a formação de novas cidades. Os efeitos dessa lei foram ampliados e, até o fim do ano passado, as emancipações continuavam suspensas.

O distrito de São Domingos, pertencente ao município do Brejo da Madre de Deus, por exemplo, preenche os requisitos necessários para se tornar independente, desde em 1996.

No entanto, devido aos limites estabelecidos pela lei, o distrito não conseguiu dar andamento ao projeto anterior de emancipação, já apresentado duas vezes.

Assim como a cidade vizinha de Santa Cruz do Capibaribe, líder do pólo de confecções do Agreste do Estado e que fica na outra margem do Rio Capibaribe, São Domingos também tem desenvolvido a produção de roupas.

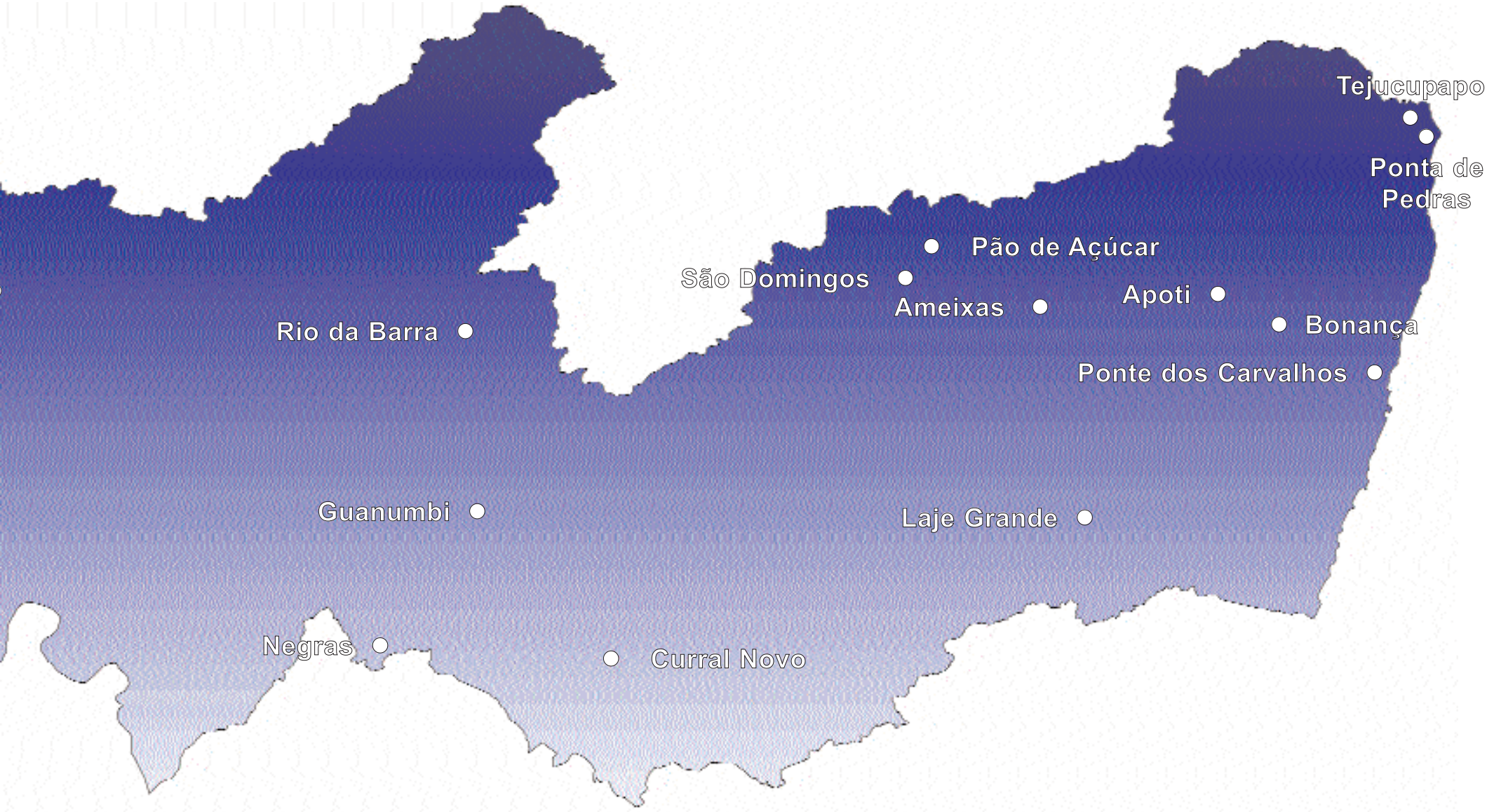
DIFICULDADES - Moradores do distrito dizem que sofrem para receber os benefícios da sede (Brejo da Madre de Deus), distante 40 quilômetros, por estrada vicinal, e 80 quilômetros, por via asfaltada. "Diante de tantas dificuldades, já estamos redirecionando a atual proposta, a fim de que sejamos anexados a Santa Cruz do Capibaribe, não apenas pela questão geográfica, mas também pela identificação econômica", afirmou o coordenador do Comitê de Ação Cívica do Distrito, João Alfredo de Araújo.

CRITÉ

Segundo a legislação em v
julho de 1990, para que dis
emancipados, é necessário o pr
de uma série de requisitos. E
uma população superior a dez m
eleitorado não inferior a 30
pulação, escolas públicas, po
policial, de saúde, entre outros
é preciso haver uma consult
moradores, por meio de um
Preocupados com a autogestã
municípios e com a adequação
à realidade atual, os parlame
sentaram propostas para evit
criadas cidades sem econom
dependentes, quase que compl
repasse de verbas do Estado e

Atualmente, dois projetos
Casa propondo a modificação d
de emancipação. Um deles é

ER 17 NOVOS MUNICÍPIOS



RIOS DEVEM SER REVISTOS

igor, de 12 de stritos sejam reenchimento Entre eles, ter mil habitantes, % dessa po- stos médico, . Além disso, ta prévia aos n plebiscito. ão dos novos dos critérios entares apre- ar que sejam nia própria e letamente, do da União. tramitam na esses critérios a proposição elaborada pelo ex-deputado João Braga e desarquivada, este ano, pelo deputado Sílvio Costa (PMN). O outro é de autoria do deputado Raimundo Pimentel (PSL) e foi elaborado a partir do substitutivo apresentado, no ano passado, pela Comissão de Negócios Municipais ao projeto de Braga. Ambos procuram atualizar e tornar mais rígidos os requisitos para o desmembramento de um distrito e têm diversos pontos em comum. Entre eles, a sugestão de aumentar, dentro desses critérios, o número de estabelecimentos comerciais, de casas de alvenaria e a distância mínima entre o distrito e a sede do município ao qual está vinculado.

"Não se pode admitir que distritos sem quaisquer condições de sobrevivência venham a ser emancipados, levando, quando menos, prejuízos incalculáveis ao município-mãe, principalmente, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe percentuais de despesas", justificou Sílvio Costa.

O projeto apresentado por Pimentel propõe, ainda, a realização de estudos de viabilidade municipal, que devem ser realizados pela Fundação de Desenvolvimento Municipal (Fidem), a análise dos aspectos urbanístico e ambiental, socioeconômico e financeiro, além da questão político-administrativa.

"Atualmente, a maioria dos municípios sobrevive precariamente, com grande parte de suas receitas proveniente de transferências constitucionais. Embora haja bons exemplos de emancipações de distritos, verificam-se, por outro lado, casos de regressão da qualidade de vida em algumas cidades. As mudanças visam, exatamente, ao estabelecimento de critérios justos e harmonizados com a realidade atual", defendeu Pimentel.

PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA

Projeto	Distrito	Município de origem	Autor
05/2003	Ponte dos Carvalhos	Cabo de Sto. Agostinho	Lula Cabral (PMDB)
16/2003	*Curral Novo*	*Águas Belas*	*Claudiano Martins (PMDB)*
17/2003	Negras	Itaíba	Claudiano Martins (PMDB)
21/2003	*São Domingos*	*Brejo da Madre de Deus*	*João Fernando Coutinho (PSB)*
22/2003	Tejucupapo	Goiana	João Fernando Coutinho (PSB)
23/2003	*Ponta de Pedras*	*Goiana*	*Lula Cabral (PMDB)*
26/2003	Apoti	Glória do Goitá	Henrique Queiroz (PP)
27/2003	*Bonança*	*Moreno*	*Henrique Queiroz (PP)*
28/2003	Timorante	Exu	Henrique Queiroz (PP)
29/2003	*Laje Grande*	*Catende*	*Henrique Queiroz (PP)*
30/2003	Guanumbi	Buíque	Henrique Queiroz (PP)
35/2003	*Ponta de Pedras*	*Goiana*	*Carla Lapa (PSB)*
38/2003	Ameixas	Cumaru	Sebastião Rufino (PFL)
39/2003	*Pão de Açúcar*	*Taquaritinga do Norte*	*Sebastião Rufino (PFL)*
41/2003	Rajada	Petrolina	Ciro Coelho (PFL)
42/2003	*Rio da Barra*	*Sertânia*	*Fernando Lupa (PSDB)*
43/2003	Bom Nome	São José do Belmonte	Fernando Lupa (PSDB)
55/2003	*Serrolândia*	*Ipubi*	*Ciro Coelho (PFL)*
56/2003	Bom Nome	São José do Belmonte	Sebastião Oliveira Junior (PFL)

PROGRAMA DE QUALIDADE

ALEPE PRONTA PARA ISO 9001

O Programa de Gestão para Qualidade Total (PGQT) da Assembléia Legislativa passou por uma auditoria interna, entre os dias 7 e 11 de abril. O objetivo, segundo a representante da Administração no Núcleo da Qualidade na Casa, Sandra Rezende, foi acompanhar a aplicação das normas da ISO 9002/94, buscando a manutenção do sistema com todos os setores administrativos certificados (departamentos, divisões e seções). Assim, poderá ocorrer a segunda auditoria externa de manutenção, nos dias 26 e 27 de maio. O programa visa reduzir os custos de manutenção da Alepe e agilizar os serviços, aumentando a interação com a sociedade.

Após a segunda auditoria de manutenção, terá início processo de transição para a ISO 9001/2000. "Será realizado um treinamento do pessoal administrativo (150 servidores de 16 setores contemplados com os certificados), visando à capacitação e adequação dos requisitos exigidos pela norma ISO 9001/2000", explicou Sandra.

De acordo com a analista de Documentação do Programa de Qualidade da Alepe, Cynthia Barreto, a norma ISO 9001 será implantada na Assembléia, até dezembro deste ano. "A capacitação dos funcionários será feita, em breve, pois o prazo da ISO 9002/94 vai expirar em dezembro e, já em novembro, haverá uma nova auditoria externa de manutenção", observou.

Segundo Sandra Rezende, o fato de a Assembléia já ter recebido a Certificação ISO 9002/94 significa "um grande passo" para a implantação da ISO 9001/2000. "O Núcleo de Administração da Casa já tem os requisitos, em virtude de os sistemas serem parecidos", lembrou.

Cynthia Barreto avalia a possibilidade de ampliar os setores beneficiados pelo Programa de Qualidade da Assembléia. "Estamos planejando aumentar o número de departamentos atingidos pela certificação, para proporcionar, cada vez mais, um melhor atendimento ao público interno e externo", justificou.

Sistema visa reduzir custos de manutenção e agilizar serviços, aumentando interação da AL com a sociedade

A auditoria externa de manutenção acontece de seis em seis meses e tem como finalidade reavaliar o programa. Se for constatado algum desvio de objetivo e do andamento do processo, o órgão que recebeu o certificado de qualidade perde o grau de especialização. "Por isso, as auditorias são importantes, pois servem para fiscalizar se os procedimentos treinados com os funcionários continuam a ser executados", afirmou Sandra Rezende.

No próximo dia 21, fará um ano que a Alepe recebeu a Certificação ISO-9002/94, da *ABS Quality Evaluation*. Foi a primeira concedida a uma Casa Legislativa do Brasil, no âmbito do processo administrativo.

ROBERTO SOARES



Equipe do PGQT promoveu auditoria interna, entre os dias 7 e 11 de abril

INVESTIGAÇÃO

FERNANDO FERREIRA



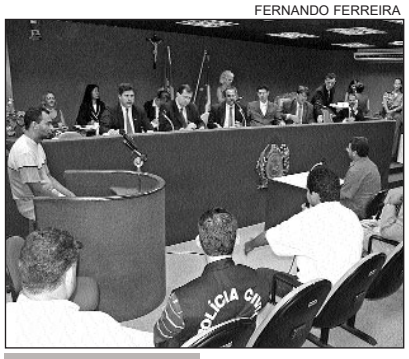
Colegiado debateu situação do transporte alternativo na Câmara de Paulista

COMISSÕES ESPECIAIS E CPI EM RITMO ACELERADO

O trabalho das Comissões Especiais e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaladas nesta legislatura, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, está em ritmo acelerado. A CPI, encarregada de investigar o roubo de cargas e o tráfico de drogas no Estado, é presidida pelo deputado Pedro Eurico (PSDB) e tem como vice-presidente, o deputado Henrique Queiroz (PPB), e como relator, o deputado Fernando Lupa (PSDB). Já foram ouvidas 30 pessoas, desde envolvidos com o crime organizado até testemunhas que presenciaram situações de violência ou foram vítimas delas.

Pedro Eurico ressaltou que o objetivo da CPI "é desarticular a estrutura do crime organizado em Pernambuco, para ajudar os órgãos competentes a colocar atrás das grades os principais chefes de quadrilhas ligadas ao tráfico e ao roubo de cargas". Para o presidente da CPI, o Legislativo está, mais uma vez, mostrando a sua força, a exemplo do trabalho realizado anteriormente. "O Legislativo continua exercendo seu papel de controle externo, sem interferir nas responsabilidades específicas dos agentes públicos. Já conseguimos desbaratar, a partir das denúncias feitas e com a ajuda da Polícia Civil, três grandes grupos que roubavam cargas no Estado. Isso é apenas o começo."

FERNANDO FERREIRA



CPI do Roubo de Cargas e do Tráfico de Drogas já ouviu depoimentos de várias pessoas na Assembléia

VIOLÊNCIA SEXUAL - A Comissão Especial criada para discutir a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes também iniciou os trabalhos. A presidente é a deputada Carla Lapa (PSB), a vice-presidente, a deputada Ana Cavalcanti (PPB), e a relatora, a deputada Teresa Leitão (PT). Já foram ouvidos representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs). "Nesse momento inicial, iremos coletar informações sobre os trabalhos desenvolvidos junto a crianças e adolescentes em situação de risco e vítimas de violência sexual. Na segunda fase, ouviremos representantes dos Governos Estadual e Municipais, analisando onde estão as falhas e propondo alternativas para solucionar o problema da exploração e do turismo sexual em Pernambuco", afirmou Carla Lapa.

TRANSPORTE - A Comissão Especial para debater a situação do transporte coletivo formal e alternativo no Estado já realizou várias audiências públicas. "Estamos estudando a possibilidade de criar uma CPI para investigar o comércio ilegal de vales-transporte. Também já tivemos conversas com os prefeitos de Paulista, Antônio Speck, de Jaboatão, Fernando Rodovalho, e de Olinda, Luciana Santos, sobre a situação dos alternativos. Isso é apenas a primeira fase. O nosso objetivo é apontar soluções que não prejudiquem os trabalhadores e resolver esse problema, que se arrasta por décadas e causa transtornos em todo o Estado", observou o presidente do colegiado, Nelson Pereira (PCdoB). A comissão tem como vice-presidente, Jacilda Urquisa (PMDB), e relator, Pedro Eurico (PSDB).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Plano de ações da AL será entregue à Mesa Diretora

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) entra em sua fase final. Depois da definição dos recursos necessários para cada meta escolhida, os diretores e chefes de divisão vão apresentar os Planos de Resultados por Meta, com a devida previsão orçamentária, em um seminário que vai dar a redação final do documento a ser entregue à Mesa Diretora.

A modernização administrativa da Casa Joaquim Nabuco, iniciada com a informatização de todos os setores do Poder Legislativo, teve um novo impulso, em 2001, com o recebimento da Certificação ISO 9002. A Alepe foi a primeira Assembléia do País a conseguir tal feito. Agora, com a elaboração do Planejamento Estratégico, estudo que que vai nortear as ações da Casa nos próximos anos, o Legislativo Estadual avança ainda mais, sempre com o objetivo primordial da melhoria do trabalho parlamentar.

O estudo foi iniciado no mês de março, quando o corpo técnico da Alepe se reuniu e apontou problemas e avanços no trabalho diário da Casa. A partir disso, foram traçados objetivos e metas que possam trazer uma nova realidade funcional ao Legislativo. Nesse processo, diretores e chefes sugeriram a instalação de um Departamento de Recursos Humanos, a implantação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, a capacitação profissional dos servidores, o reordenamento do espaço físico e, principalmente, a aproximação cada vez maior com a sociedade, como objetivos principais do Planejamento Estratégico.

BRENO LAPROVITERA



Processo de elaboração do Planejamento Estratégico, feito pelo corpo técnico da Casa, entra na fase final

"Por decisão da Mesa Diretora, convocamos o corpo técnico da Casa para planejar não só as ações imediatas, mas as que vão repercutir até o final desta década. Estamos, hoje, pensando no Legislativo do futuro", salienta o diretor-geral da Assembléia, Luiz Carlos Matos.

PERSONAGEM DA ALEPE

Sebastião se divide entre Plenário, medicina e música

FERNANDO FERREIRA



Deputado solta a voz na banda *Raízes do Som*

No Plenário da Casa Joaquim Nabuco, o deputado Sebastião Oliveira Júnior (PFL), 34 anos, é compenetrado nos discursos e, às vezes, incisivo nos debates. Fora da Assembléia Legislativa, no entanto, ele demonstra uma habilidade artística que surpreende. Como vocalista principal da banda *Raízes do Som*, criada em 1995, o parlamentar mostra que domina vários ritmos: do brega, passando pelo bom rock nacional, ao forró. Em recente festa, Oliveira Júnior revelou-se. Depois de cantar músicas de grupos consagrados, como Legião Urbana, Capital Inicial, entre outros, ele imitou o "rei" Reginaldo Rossi. Foi a sensação da noite.

"Sempre gostei de música e de cantar. Em Serra Talhada, onde nasci, fazíamos serestas", lembra. Em 1987, quando ingressou no curso de Medicina da Fesp(atual Universidade de Pernambuco-UPE), formou a banda *Energúmenos do Som*, com outros estudantes do município. O grupo costumava animar bares do bairro das Graças e festas em casas de amigos. Posteriormente, no início dos anos 90, os *Energúmenos* fizeram uma parceria com outra banda, a *Sétima Arte*, e encerravam as calouradas da Fesp.

A política, lembra, está no sangue da família. O pai, Sebastião Oliveira, foi deputado estadual e fundador do Tribunal de Contas do Estado. O primo é o deputado federal Inocêncio Oliveira (PFL).

VERSATILIDADE - Sebastião Oliveira Júnior prova que é mesmo versátil. Além das atividades parlamentares e artísticas, ele ainda encontra tempo de atuar como clínico geral e endocrinologista (é primeiro vice-presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia em Pernambuco) e como professor da cadeira de Endocrinologia do curso de Medicina da UPE. Na Alepe, preside a Comissão de Saúde.

Diante das múltiplas atividades, a banda *Raízes do Som* é, atualmente, a sua única "válvula de escape". "Não tenho tempo nem para jogar futebol, esporte de que tanto gosto", afirma. Mensalmente, a banda se apresenta no *London Pub,* no bairro do Recife.

E para quem imagina que Oliveira Júnior só faz sucesso com a performance de Reginaldo Rossi, engana-se: ele imita políticos como Miguel Arraes, Leonel Brizola, José Sarney e Lula, além de personagens da TV, a exemplo de João Canabrava. Portanto, se, por acaso, ele desistir de ser político e da profissão de médico, pode muito bem ganhar a vida como artista.

NOTA.: *A seção Personagem da Alepe é destinada, exclusivamente, a mostrar perfis de servidores da Assembléia. O deputado Sebastião Oliveira Jr. se enquadra nessa situação, por ser médico concursado da Casa.*

SEGUNDA CULTURAL

PLENÁRIO ABRE ESPAÇO AO CINEMA PERNAMBUCANO

No século 17, a vila de Tejucupapo, em Goiana, cidade da Zona da Mata Norte, serviu de palco para uma grande batalha contra a invasão holandesa na região. À frente da luta não estavam homens, mas um grupo de mulheres, de guerreiras. A história faz parte do documentário *Tejucupapo, um filme sobre mulheres guerreiras*, que registra um espetáculo teatral montado pela comunidade, exibido na Assembléia Legislativa, no início de abril. Por iniciativa do Projeto Segunda Cultural, da Mesa Diretora da Casa, a população se misturou a 11 dos cerca de 200 personagens do espetáculo e pôde conhecer, através da apresentação do documentário e de uma exposição fotográfica, um pouco da produção do filme. E, ainda, conversar com os personagens - todos moradores de Tejucupapo, vestidos com trajes da época - e com os realizadores do filme.

A idéia de criar o espetáculo partiu da líder comunitária Luzia da Silva, que colheu dados históricos sobre a batalha. Ela começou ouvindo o relato dos moradores mais velhos e juntou a essas informações outras que encontrou em um livro e em uma placa. Assim, já dispunha dos detalhes de que precisava para montar a peça.

Posteriormente, dona Luzia, como é conhecida, mobilizou toda a comunidade e montou o espetáculo, apresentado, todos os anos, no último domingo do mês de abril.

"O meu objetivo é mostrar a todo o mundo que nós somos guerreiras. Isso é um marco, mas, infelizmente, hoje nosso lugar vive esquecido. Tejucupapo é um local de história e de cultura e, através do filme e do teatro, estamos levando essa história para além dos limites de nossa comunidade", ressaltou.



FOTOS: FERNANDO FERREIRA

O diretor de produção de *Tejucupapo*, Amaro Filho, explicou para a platéia como o filme foi realizado



Parte do elenco compareceu à Alepe, no dia da exibição, vestindo trajes da época. No centro, d. Luzia

Tejucupapo, o filme, faz uma analogia entre a luta das mulheres contra os holandeses, em 1646, e a realidade de hoje, em que a maioria das cidadãs da localidade vive da pesca e sofre com a falta de melhores condições de vida.

"Eu e Marcílio Brandão, o diretor do documentário, somos de Goiana e crescemos escutando a história da batalha. Então, concluímos que essa história renderia um filme. A partir daí, fomos em busca de apoio. Procuramos obter, junto à comunidade, os detalhes já resgatados pelo espetáculo que é produzido por dona Luzia, há dez anos. Sem esse trabalho dos moradores, não existiria o filme", frisou Amaro Filho, diretor de produção.

RECURSOS - O projeto foi incluído na Lei de Incentivo à Cultura, do Governo do Estado, a fim de capitalizar os recursos necessários para a produção. "Passamos cinco anos em contato com a comunidade, e essa foi uma experiência fascinante. Realizamos oficinas de cenografia e figurino, e todas as roupas usadas no espetáculo foram confeccionadas na vila de Tejucupapo. Apesar do que ensinamos a essas mulheres, acredito que pudemos aprender muito mais com elas, durante esse período, do que elas conosco", declarou Amaro Filho.